



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Corregedoria Geral da Justiça

---

**RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA**  
**1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI**  
**COMARCA DE RIO BRANCO**

Setembro de 2017



## **Apresentação**

A Correição Ordinária, prevista no art. 40, §2º, da Lei Estadual nº 221/2010, tem como precípua finalidade reunir informações relevantes da unidade judicial, por meio eletrônico, relacionadas à condução administrativa dos processos judiciais, com vista a identificar possíveis irregularidades e orientar acerca das medidas a serem adotadas, como forma de conferir regularidade aos trâmites processuais.

Para tanto, expediu-se a Portaria n.º 02/2017, publicada no Diário da Justiça nº 5.829, págs. 102 e 103, de 22.02.2017, na qual destacou-se o período de **11.09.2017** a **15.09.2017** para a realização da Correição Geral Ordinária na 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco.

## **Desenvolvimento dos trabalhos**

A captação das informações, relativas aos serviços forenses judiciais, foi realizada na forma eletrônica, utilizando-se do Sistema Processual SAJ/EST.

A sistemática adotada para análise correcional consistiu na seleção de processos, contidos nas filas de trabalho do fluxo processual da Secretaria, há mais de 60 dias.

Também foram observados os processos conclusos por mais de 100 dias, bem ainda os mandados pendentes de cumprimento com prazo superior a 30 (trinta) dias e as petições com juntada pendente por mais de 15 dias.

Consignou-se, ainda, os processos em andamento sem movimentação há mais de 60 dias, orientação quanto às movimentações processuais e verificação se o número de servidores atende os ditames da Resolução nº 15/2014.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Corregedoria Geral da Justiça

CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL  
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE RIO BRANCO  
JUIZ DE DIREITO TITULAR LENDRO LERI GROSS

**INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE JUDICIÁRIA**

|                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| Portaria                          | 02/2017.  |
| Período designado para correição: | 11 a 15.09.2017   |
| Processos em andamento:           | 119   |
| Data do processo mais antigo:     | 12/03/1998 (0002590-17.1998.8.01.0001 –<br><b>Situação:</b> Julgado Transitado) |

Analisando o Relatório Gerencial da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco, extraído do SAJ/EST, e consultando o SAJ/PG5, no dia 11 de setembro de 2017, constatou-se o seguinte quadro situacional:

**1. FLUXO DE TRABALHO**

Processos nas respectivas filas por período superior a 60 (sessenta) dias.

**1.1. Tribunal do Júri – Processos**

**a) Ag. Providências do Cartório**

| Processo                  | Classe                  |
|---------------------------|-------------------------|
| 0012781-91.2016.8.01.0001 | Processo Administrativo |

**b) Ag. Resposta de Ofício**

| Processo                  | Classe  |
|---------------------------|---|
| 0000454-80.2017.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0000595-36.2016.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0003314-54.2017.8.01.0001 | Restituição de Coisas Apreendidas                   |
| 0003722-45.2017.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0004836-53.2016.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0013011-41.2013.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0013087-31.2014.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0013554-44.2013.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0013763-08.2016.8.01.0001 | Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico |
| 0013916-32.2002.8.01.0001 | Ação Penal de Competência do Júri                   |
| 0019323-09.2008.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0019731-63.2009.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0020054-68.2009.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |
| 0800606-37.2013.8.01.0001 | Inquérito Policial                                  |



**Recomendação:**

Importante ressaltar que na hipótese de existir processos em filas que não correspondem à última movimentação nos autos, ainda que a fila de trabalho e movimentação processual sejam duas situações distintas, é necessário haver uma coesão visando um melhor gerenciamento dos autos. Assim, recomenda-se que as filas de trabalho estejam de acordo com a situação processual na forma mais alinhada possível.

Destarte, identificadas movimentações errôneas no SAJ, imprescindível efetuar as devidas correções, a fim de não embarçar e descaracterizar a situação real dos autos.

Em havendo processos na fila “Aguardando Designação de Audiência”, cuja data da audiência já fora destacada com a expedição e cumprimento do respectivo mandado judicial, recomenda-se que tais feitos sejam movidos para a fila “Aguardando Realização de Audiência”.

Quanto àqueles processos que aguardam a designação ou a realização de audiência para data longínqua, recomenda-se que a expedição e remessa do respectivo mandado à CEMAN ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em observância ao Provimento COGER nº 16/2016, evitando-se, dessa forma, que os mandados sejam incluídos nos plantões judiciais, fato que onera o Poder Judiciário.

A Secretaria deverá, ainda, adotar providências tendentes ao impulso dos feitos paralisados nas respectivas filas há mais de 60 (sessenta) dias.

**2. PROCESSOS CONCLUSOS POR MAIS DE 100 DIAS**

Não existe processo concluso por mais de 100 dias.

**3. MANDADOS PENDENTES DE CUMPRIMENTO**

Não existe mandado pendente de cumprimento.

**4. PETIÇÕES COM JUNTADA PENDENTE**

Não existe petição com juntada pendente.

**5. PROCESSOS EM ANDAMENTO SEM MOVIMENTAÇÃO**

O mesmo Relatório Gerencial extraído do SAJ/EST, no dia 11 de setembro de 2017, da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco, mostra a presença de 07 (sete) processos sem movimentação por mais de 60 dias (anexo). Desse total:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Corregedoria Geral da Justiça

Mais de 60 dias: 13 (treze) processos

Mais de 100 dias: 03 (três) processos

Mais de 180 dias: 01 (um) processo

**Recomendação:**

Com a finalidade de conferir regularidade aos trâmites processuais recomenda-se a adoção de providências voltadas ao impulso dos feitos, devendo ser desconsiderado a cobrança relativa aos inquéritos policiais.

**6. DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS**

De acordo com o sistema processual a unidade apresenta 62 processos pautados, sendo que a audiência mais longínqua está designada para 18.09.2018, conforme segue:

|                       |                       |                       |                       |                       |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Data : 11/09/2017 (3) | Data : 04/10/2017 (3) | Data : 09/11/2017 (1) | Data : 29/03/2018 (1) | Data : 28/06/2018 (1) |
| Data : 12/09/2017 (1) | Data : 05/10/2017 (1) | Data : 16/11/2017 (1) | Data : 17/04/2018 (1) | Data : 16/08/2018 (1) |
| Data : 13/09/2017 (2) | Data : 09/10/2017 (2) | Data : 21/11/2017 (1) | Data : 19/04/2018 (1) | Data : 21/08/2018 (1) |
| Data : 14/09/2017 (1) | Data : 10/10/2017 (1) | Data : 23/11/2017 (1) | Data : 24/04/2018 (1) | Data : 23/08/2018 (1) |
| Data : 18/09/2017 (2) | Data : 11/10/2017 (3) | Data : 28/11/2017 (1) | Data : 17/05/2018 (1) | Data : 28/08/2018 (1) |
| Data : 19/09/2017 (1) | Data : 17/10/2017 (1) | Data : 30/11/2017 (1) | Data : 22/05/2018 (1) | Data : 18/09/2018 (1) |
| Data : 20/09/2017 (2) | Data : 19/10/2017 (1) | Data : 05/12/2017 (1) | Data : 24/05/2018 (1) |                       |
| Data : 21/09/2017 (1) | Data : 24/10/2017 (1) | Data : 07/12/2017 (1) | Data : 29/05/2018 (1) |                       |
| Data : 28/09/2017 (1) | Data : 26/10/2017 (1) | Data : 12/12/2017 (1) | Data : 19/06/2018 (1) |                       |
| Data : 02/10/2017 (3) | Data : 31/10/2017 (1) | Data : 14/12/2017 (1) | Data : 21/06/2018 (1) |                       |
| Data : 03/10/2017 (1) | Data : 07/11/2017 (1) | Data : 20/03/2018 (1) | Data : 26/06/2018 (1) |                       |

**7. ALIMENTAÇÃO DE HISTÓRICO DA PARTE**

Há que se frisar a importância da alimentação do campo destinado ao “histórico de parte”, posto que ausências de movimentações e/ou movimentações equivocadas, também, obstam a extração de relatórios com dados que expressem a real situação do acusado. Neste ponto, destaque-se que a mencionada alimentação deve ser efetivada ao tempo do evento e não apenas quando da formação do PEC, conforme consta no Manual de Procedimentos das Varas Criminais, aprovada pelo Provimento nº 03/2011.

**8. DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL (PEC)**

Para a formação do Processo de Execução Criminal, é obrigatória a expedição da guia de recolhimento, encaminhando-se ofício ao Distribuidor, indicando os documentos e o número da página, conforme o art. 804, do Provimento COGER nº 16/2016.

Merece registro que, na atualidade, o sistema processual (SAJ) permite a extração de peças necessárias à formação do PEC pelo próprio distribuidor.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
**Corregedoria Geral da Justiça**

---

O Juízo de ação de conhecimento condenatória deverá, por ocasião de suas inspeções/correições, verificar junto aos processos-crime em fase de execução a regularidade das remessas das guias de recolhimento ou de internação.

O procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, objeto da Resolução CNJ nº 113/2010, deve ser observado com estrito rigor, destacando-se a necessidade de que a guia de recolhimento contenha, também, informação sobre eventual detração modificativa do regime de cumprimento da pena, deferida pelo juízo do processo de conhecimento, nos lindes do art. 387, parágrafo 2º, do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei nº 12.736/2012.

### **9. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

Quanto à movimentação processual, destaque-se que com a implantação das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução CNJ nº 46/CNJ, de 18/12/2007) ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ), tornou-se obrigatória a observância da mencionada tabela, no lançamento das movimentações processuais de acordo com ato judicial, não devendo ser utilizada movimentações genéricas, de forma que o extrato processual reflita a real situação dos feitos.

Deste modo, com a finalidade de padronizar e uniformizar a terminologia das movimentações processuais, à vista do comando emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 46/2007), as tabelas processuais unificadas devem ser observadas tanto quanto aos atos do Juiz, como aos praticados pela secretaria da unidade judicial.

### **10. RESOLUÇÃO Nº 121/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Quanto a Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências, merece destaque a extrema necessidade de se movimentar corretamente o “histórico das partes”, eis que a ausência de movimentações e/ou movimentações incorretas podem acarretar informações equivocadas nas certidões judiciais. A título de exemplo, podemos mencionar a seguinte situação: caso o andamento com trânsito em julgado de sentença condenatória não seja inserido no “histórico de partes”, ao se expedir certidão judicial esta constará como negativa, contrariando, assim, a real situação do apenado.

### **11. PRESOS PROVISÓRIOS (RESOLUÇÃO Nº 66/2009)**

De acordo com o sistema processual (SAJ/PG) a unidade apresenta 38 (trinta e oito) processos nos quais constam presos provisórios (relatório anexo).

Há que se ressaltar a possibilidade de incongruências no referido relatório, tendo em vista que a falta de alimentação e/ou movimentação equivocada no histórico de partes podem ocasionar distorções nas informações extraídas do SAJ.



---

## **12. RECOMENDAÇÕES GERAIS**

Ante essas considerações, no exercício do dever funcional de supervisionar os serviços forenses (art. 19, I, LC nº 221/2010) recomendo:

- a) que as impropriedades identificadas, durante o ato correcional, sejam sanadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, ou na impossibilidade de cumprir algum item específico, que apresente justificativa, comunicando a esta Corregedoria todas as providências adotadas;
- b) que seja conferido ao jurisdicionado tratamento cortês, condizente com a postura que deve ser adotada por um servidor público (art. 166, da LC nº 39/1993 – Estatuto do Servidor Público do Estado do Acre);
- c) cumprimento estrito a todas as normas expedidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, bem ainda aquelas emanadas do Conselho Nacional de Justiça, em especial no que se refere aos procedimentos adotados nos diversos segmentos da Secretaria do juízo;
- d) a alimentação correta dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça, de competência dessa unidade judiciária, obedecendo os prazos estabelecidos;
- e) implementação de melhorias nos processos de trabalho realizados nessa unidade judicial, visando a otimização das práticas cartorárias.

## **PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO**

Durante o período em que a Unidade foi correccionada virtualmente por esta Corregedoria Geral da Justiça, observou-se a seguinte produtividade:

- Julgamento → 07
- Decisão → 15
- Despacho → 56
- Audiências realizadas → 10

## **QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE RIO BRANCO**

A composição do quadro de servidores lotados na 1ª Vara do Tribunal do Júri é a seguinte:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
**Corregedoria Geral da Justiça**

| Nome                                   | Cargo Efetivo                              | Quadro                    | Cargo Comissionado                          |
|--|--|---------------------------|---|
| Sérgio Luiz Loureiro Castro            | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   | Diretor de Secretaria                       |
| Nucian Laura Silva Ribeiro<br>Medeiros |  | Provimento em<br>Comissão | Assessor de Juiz                            |
| Maria Zilda Santiago da<br>Silva       | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   | Função de Confiança –<br>Assistente de Juiz |
| Raimundo Paulo de Sales                | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   | Função de Confiança –<br>Assistente de Juiz |
| Rosilene Almeida da Silva              | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   | Função de Confiança –<br>Assistente de Juiz |
| Rogério Vieira da Silva                | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   |   |
| Elda Lima de Freitas<br>Dourado        | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   |   |
| Eleutério Gomes da Silva<br>Neto       | Técnico Judiciário/<br>Auxiliar Judiciário | Efetivo                   |   |
| Thalita da Silva Mourão                |  | Estagiário                |   |
| Dione Ferreira da Silva                |  | Estagiário                |   |

Dotação de pessoal nos termos da Resolução nº 15, de 21 de novembro de 2014:

| VARAS DO TRIBUNAL DO JÚRI |   |
|---------------------------|---|
| Unidade Organizacional    | Quantitativo de cargos comissionados, funções de confiança e efetivos   |
| Gabinete de Juiz          | 1(um)...Assessor de Juiz (CJ5)<br>3(três)...Assistentes de Juiz (FC3) – preferencialmente analistas judiciários -<br>área judiciária (Direito)  |
| Secretaria de Vara        | 1(um)...Diretor de Secretaria (CJ5)<br>6(seis)...Servidores efetivos (preferencialmente quatro técnicos judiciários e<br>dois analistas judiciários – área judiciária)<br>2(dois)..Estagiários (preferencialmente em Direito) |
| Apoio de Plenário         | 2(dois)..Técnicos Judiciários   |

| TABELA COMPARATIVA    |                      |               |
|-----------------------|----------------------|---------------|
| Especificação         | Resolução Nº 15/2014 | Lotação atual |
| Assessor de Juiz      | 01                   | 01            |
| Assistentes de Juiz   | 03                   | 03            |
| Diretor de Secretaria | 01                   | 01            |
| Servidores efetivos   | 08                   | 03            |
| Estagiários           | 02                   | 02            |

O quadro de servidores da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco não atende à Resolução nº 15/2014. Conforme aponta a tabela comparativa, na unidade há o *déficit* de 05 servidores efetivos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
**Corregedoria Geral da Justiça**

---

## **Conclusão**

A correição, na forma eletrônica, ocorreu dentro do prazo previsto.

Após a análise dos relatórios correccionais, restou constatada a inexistência de processos, conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Quanto aos processos alocados na Secretaria observou-se a existência de alguns feitos paralisados em filas de trabalho, por período superior a 60 (sessenta) dias, carecendo de medidas de gestão que devem ser adotadas pelo magistrado.

Destaque-se que as irregularidades apontadas têm o escopo de contribuir ao bom gerenciamento da unidade judicial garantindo, dessa forma, a regularidade no trâmite processual.

A intenção é que não ocorra a reincidência das impropriedades identificadas. Outrossim, as demais orientações necessárias serão repassadas após a correição presencial, sublinhando que os gestores das Unidades Judiciárias devem manter fiscalizações internas periódicas com vista ao alcance da grande missão do judiciário Acreano, que é a entrega de uma prestação jurisdicional célere, eficaz, que atenda aos anseios sociais.

Rio Branco, 18 de setembro de 2017.

WALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ  
LIMA CORDEIRO:21775540200

Assinado de forma digital por WALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ LIMA  
CORDEIRO:21775540200  
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF  
A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Instituto Fenacon, cn=WALDIRENE  
OLIVEIRA DA CRUZ LIMA, CORDEIRO:21775540200  
Dados: 2017.09.18 10:14:45 -05'00'

**Desembargadora Waldirene Cordeiro  
Corregedora-Geral da Justiça**